



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível.

Agravo de Instrumento nº 0273804-5.

Agravante: OPS – Planos de Saúde.

Agravado: Rita de Cássia dos Santos Lima.

Relator: Des. Francisco Tenório dos Santos.

**EMENTA**

**DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUROS. PLANO DE SAÚDE. OBESIDADE MÓRBIDA. REALIZAÇÃO DE CIRURGIA BARIÁTRICA. RECURSO IMPROVIDO.** 1. De ser mantida a decisão agravada que deferiu a tutela antecipada para que seja realizada cirurgia de redução do estômago, pois presentes os requisitos autorizadores do art. 273 do CPC, considerando o elevado risco à saúde da segurada em decorrência da evolução de doença crônica, conforme documentos juntados. Precedentes da Câmara. 2. Tutela que visa à proteção da vida, bem jurídico maior a ser garantido, atendimento ao princípio da dignidade humana. Recurso improvido. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0273804-5, em que figura como Agravante **OPS – Planos de Saúde** e, como Agravado, **Rita de Cássia dos Santos Lima**, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 4ª



162  
10

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

---

A.I nº 0273804-5

Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, tudo em conformidade com o Relatório, Votos, Notas Taquigráficas, Ata de Julgamento e demais peças processuais que passam a integrar o presente julgado.

Recife 27 de 11 de 12.

Tenório dos Santos  
Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

---

4ª Câmara Cível.

Agravo de Instrumento nº 0273804-5.

Agravante: OPS – Planos de Saúde.

Agravado: Rita de Cássia dos Santos Lima.

Relator: Des. Francisco Tenório dos Santos.

---

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento com efeito suspensivo interposto por **OPS – Planos de Saúde**, ora Demandada, contra a decisão proferida nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer com pedido de tutela antecipada nº 0026818-21.2012.8.17.0001, que tramita na 11ª Vara Civil da Capital, promovida por **Rita de Cássia dos Santos Lima**.

A Agravante se insurge em face de decisão de fl. 118/119 - TJ, da qual fora concedido a antecipação da tutela no sentido de que "autorize e arque com a cirurgia bariátrica da autora, de acordo com a solicitação do médico especialista Dr. Gustavo Menelau, CRM/PE 10593, fls. 90, ate ulterior deliberação deste juízo.

Consta decisão prolatada por esta Relatoria (fls. 152/154, da qual indeferiu o efeito suspensivo.

Contrarrazões em fls. 136/149.

É o relatório do essencial.

Recife, 29 de 09 de 2012 ,

**Des. Tenório dos Santos**

**Relator**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Tenório dos Santos *e/s-*

4ª Câmara Cível.

Agravo de Instrumento nº 0273804-5.

Agravante: OPS – Planos de Saúde.

Agravado: Rita de Cássia dos Santos Lima.

Relator: Des. Francisco Tenório dos Santos.

VOTO

Cuida-se de Agravo de Instrumento com efeito suspensivo manejado por **OPS – Planos de Saúde**, contra a decisão da qual fora concedido a antecipação da tutela no sentido de que "autorize e arque com a cirurgia bariátrica da autora, de acordo com a solicitação do médico especialista Dr. Gustavo Menelau, CRM/PE 10593, fls. 90, ate ulterior deliberação deste juízo".

Em cotejo nos autos, a agravada recebeu diagnóstico de *obesidade mórbida grau III*, solicitação do médico especialista Dr. Gustavo Menelau, CRM/PE 10593 (fls. 117 – TJ), acompanhada dos laudos de nutricionista (fls. 59 – TJ), parecer psicológico (fls. 88 – TJ), receituário médico (fls. 94 – TJ) e parecer cardiológico (fls. 101 – TJ). Da documentação acostada aos autos, que atestam a urgência da situação, mostrou-se cabível a antecipação da tutela. No caso, a cirurgia bariátrica é indispensável para a melhora da saúde da agravada, principalmente pelo fato de que a sua não-realização pode ocasionar complicações graves, inclusive risco de vida.

A acrescentar, ainda, ser incontroverso nos autos que a recorrida possui seguro saúde com a agravante, demonstrou a necessidade do procedimento, esta adimplente com o contrato e a manifestação da recorrente comprova a sua negativa inicial de deferimento da medida, em que pese farta recomendação médica.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos**

A. I. nº 0273804-5

Desses fatores decorre a necessidade de manutenção da decisão agravada que concedeu a antecipação de tutela.

Sobre o tema, colaciono jurisprudência:

**PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA PERICIAL. DESCABIMENTO. SEGURO. CONTRATO. CIRURGIA. OBESIDADE MÓRBIDA. CIRÚRGIA PLÁSTICA REPARADORA. COBERTURA. DEVER DA SEGURADORA. INEXISTENCIA DE CLÁUSULA CONTRATUAL IMPEDITIVA DA OBRIGAÇÃO.** A cirurgia plástica que visa expurgar o excesso de peles que resultou de uma cirurgia de gastroplastia por obesidade mórbida, não se pode considerar de caráter estético e sim reparador, afinal, sofreu a paciente uma redução de 50 quilos do seu peso original, sobrevivendo a necessidade da cirurgia plástica como complemento do tratamento cirúrgico, pois o excesso de pele prejudica os afazeres normais, impede uma boa higiene do corpo e inibe o paciente do convívio social e afetivo, prejudicando sua auto-estima. Restando evidente que a cirurgia plástica para retirada de excesso de peles sobreveio de uma cirurgia para a cura de obesidade mórbida é de caráter reparadora, é dever contratual da seguradora cobrir as despesas, a elas, inerentes. (TJ/PE – 2ª Câmara Cível – Apelação Cível nº 147460-8 – Rel. Des. Adalberto Melo – j. 19/03/2008).

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. UNIMED. OBESIDADE MÓRBIDA. CIRURGIA BARIÁTRICA. TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA. URGENCIA CARACTERIZADA.**



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos**

A. I. nº 0273804-5

**MULTA DIÁRIA FIXADA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL.** É de ser modificada a decisão interlocutória devendo ser autorizada a cobertura contratual para a realização da cirurgia de redução do estômago, pois, consoante os documentos acostados aos autos, resta clara a necessidade de a agravante submeter-se à cirurgia bariátrica, em face da obesidade mórbida, a fim de preservar sua saúde, a qual restará comprometida, caso o procedimento não se realize imediatamente, na forma em que indicada pelo médico. Não há falar em carência de vinte e quatro meses para que a agravante possa realizar a cirurgia, visto que a situação da autora é de urgência, sob pena de causar risco a sua saúde. Multa diária fixada para o caso de descumprimento da decisão judicial, no valor de R\$ 1.000,00, consolidada em até trinta dias. AGRADO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70038887642, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 21/09/2010)

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUROS. PLANO DE SAÚDE. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERNAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CIRURGIA BARIÁTRICA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DEFERIMENTO. PRESENÇA DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES E NECESSIDADE DE URGÊNCIA NA CONCESSÃO DO PROVIMENTO. ART. 273 DO CPC.** 1. Os planos ou seguros de saúde estão submetidos às disposições do Código de Defesa do Consumidor, enquanto relação de consumo atinente ao mercado de

 22.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

A. I. nº 0273804-5

prestação de serviços médicos. Isto é o que se extrai da interpretação literal do art. 35 da Lei 9.656/98. 2. O objeto do litígio é o reconhecimento da cobertura pretendida, a fim de que a parte postulante possa efetuar o tratamento cirúrgico (cirurgia bariátrica), e autorização para internação, sendo que a necessidade decorreu de indicação médica, diante das condições físicas da agravante. 3. Procedimento médico cirúrgico necessário para que a recorrente tenha qualidade de vida e retome a sua jornada normal, considerando que a doença crônica que a acomete (obesidade mórbida), além de ocasionar complicações graves em seu organismo, afeta a auto-estima da paciente. 4. No caso em exame estão presentes os requisitos autorizadores da tutela antecipada postulada e concedida, consubstanciado no risco de lesão grave e verossimilhança do direito alegado, não se podendo afastar o direito da parte agravada de discutir acerca da abrangência do seguro contratado, o que atenta ao princípio da função social do contrato. 5. Tutela que visa à proteção da vida, bem jurídico maior a ser garantido, atendimento ao princípio da dignidade humana. Dado provimento ao agravo de instrumento. **(Agravo de Instrumento Nº 70036923704, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 09/06/2010)**

Não tendo a agravante desconfigurado o caráter de urgência, tampouco a verossimilhança das alegações apresentadas pela agravada, cabe à operadora do plano de saúde autorizar o procedimento cirúrgico indicado, pois ela não é livre para escolher o



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

A. I. nº 0273804-5

método mais adequado para o tratamento da doença, pois isso compete ao profissional da área da medicina.

Cabe ao médico fazer a indicação de que modalidade de cirurgia é mais apropriada ao seu paciente e não ao plano de saúde.

O objeto do litígio é o reconhecimento da cobertura pretendida, a fim de que a parte agravante possa efetuar o tratamento cirúrgico, sendo que a necessidade decorreu de indicação médica, diante das condições da recorrida. O procedimento médico cirúrgico é necessário para que a recorrente tenha qualidade de vida e retome a sua jornada normal de vida. No caso em exame, estão presentes os requisitos autorizadores da tutela antecipada concedida, consubstanciado no risco de lesão grave e verossimilhança do direito alegado, não se podendo afastar o direito da agravante de discutir acerca da abrangência do seguro contratado, o que atenta ao princípio da função social do contrato.

Diante do exposto, **nego provimento ao presente recurso**

Devido ao julgamento do presente recurso, verifico a perda do objeto do agravo nº 0273804-5\_01.

É como Voto.

Recife, 27 de 11 de 2012.

Tenório dos Santos

Desembargador Relator